TL 7263

S. R.

Universidade do Porto

Reitoria

c/ conhecimento aos Reitores de Universidades Portuguesas

Exmº Sr. Presidente do
Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Porto, 7 de Outubro de 1996

Assunto: *Timor Leste.*

Exmº Sr. Presidente do CRUP:

Desde 1986, quando foi eleito e entrou em funções o actual Reitor da Universidade do Porto, esta Univerisdade começou a acolher, primeiro, e a organizar, depois, iniciativas em defesa dos direitos do Povo de Timor Leste.

Muitas vezes as iniciativas tiveram como objectivo fundamental evitar que o Estado Português cometesse erros políticos de consequências irreparáveis, e que, pelo contrário, assumisse as suas responsabilidades não só morais e históricas, mas também diplomáticas e legais, resultantes do estatuto de Potência Administrante que a comunidade internacional lhe atribue e reconhece, e que a Constituição da República expressamente assume.

Outro objectivo foi congregar a comunidade timorense na diáspora, dividida por uma curta mas traumática experiência de guerra civil, e dividida, continuadamente, pela intriga fomentada pelo ocupante e os seus agentes, proporcionando momentos de encontro e facilitando a expressão solidária de um povo oprimido mas de uma coragem e tenacidade extremas.

Numa fase posterior, com as Jornadas de Timor da Universidade do Porto e com Conferências internacionais realizadas em Portugal, na Alemanha, na Austrália e noutros países, foi possível contribuir para a aproximação entre os lutadores da liberdade timorenses e alguns dos que, na Indonésia, lutam também pelos direitos humanos e pela democracia, fortalecendo assim a ligação das duas causas e a solidariedade indonesia para com o Povo de Timor Leste.

Foi um passo não isento de dificuldades, mas de grande significado e alcance, que, mereceu a aprovação e aplauso de Xanana Gusmão e de outros líderes da Resistência Timorense, e que alguns democratas indonésios consideraram de grande importância para dar força e visibilidade ao movimento pró-democracia na Indonésia.

A realização de Conferências na Austrália, apoiadas ou organizadas pela Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1995 e em 1996, permitiu estabelecer novas pontes, mediante a participação, também, de timorenses vindos do interior, quer de Timor Leste quer da Indonésia.

A Conferência realizada em Sydney, de 21 a 27 de Junho de 1996, organizada pela Universidade do Porto em colaboração com outras universidades, em que participaram perto de uma dezena de timorenses vindos do interior além de outros residentes na Austrália, na Europa, na África ou na América, e de dezena e meia de democratas indonésios das mais diversas organizações, fez desta Conferência o maior congresso inter-timorense de sempre, e a mais diversificada reunião de democratas indonésios, no dizer dos próprios.

Os êxitos políticos alcançados, foram o fruto do empenhamento dos participantes nestas iniciativas, e nomeadamente da coragem dos timorenses e dos indonésios que ousaram sair das suas terras de origem e a elas regressar depois de apresentarem os seus pontos de vista e se exporem aos riscos a que a ditadura militar indonésia sujeita os seus opositores.

Mas a realização das iniciativas da Universidade do Porto exigiu um grande esforço financeiro da sua Reitoria.

Com um custo estimado global da ordem dos cento e cinquenta mil contos (sem contar com muito trabalho voluntário), ao longo de dez anos, a Universidade do Porto assumiu a maior parte dos custos durante seis desses dez anos (de 1986 a 1992). Só em 1992 é que o Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Secretaria de Estado da Juventude, se dispôs a comparticipar nas despesas. Uma dívida superior a cinco mil contos resultante da realização das V Jornadas de Timor da UP (22 a 29 de Julho de 1993) só seria paga um ano depois, na sequência de uma tenaz insistência junto do Governo e da Assembleia da República.

Uma única vez a Universidade do Porto dispôs, antecipadamente, das verbas necessárias para uma iniciativa em que desempenhou papel decisivo, ainda que não publicitado. Curiosamente, e porque a verba foi disponibilizada com antecipação, foi possível obter descontos em viagens que permitiram gastar menos do que o previsto, pagar dívidas anteriores e promover outras iniciativas de menor custo, com as verbas sobrantes.

Em todos os outros casos a angariação de fundos para estas iniciativas tem sido, ao longo destes dez anos, uma tarefa árdua e desgastante.

A Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, constituida pelos signatários, e em particular o seu Coordenador, tiveram, muitas vezes, que criticar Governantes e outros políticos, numa tentativa, não muito bem

sucedida, de conseguir do Estado um empenhamento consentâneo com as suas obrigações constitucionais e internacionais, e com as suas responsabilidades morais e históricas.

Nem sempre essas diligências foram bem recebidas ou compreendidas, pelo menos de imediato. Nalguns casos deram mesmo origem a tensões e mal entendidos, levando alguns políticos a encarar a Comissão Organizadora e o seu Coordenador mais como "incómodos" do que como colaboradores.

Foi sempre preocupação da Universidade do Porto tratar a questão de Timor numa perspectiva nacional não partidária, como tinha sido, desde a primeira hora, a posição do Coordenador. A cor política dos intervenientes não tem alterado o estilo do relacionamento, tendo sido possível encontrar, em todos os partidos com assento parlamentar, pessoas muito sensíveis e atentas ao problema, e pessoas que dificilmente admitem a possibilidade de um maior empenhamento e de uma acção mais incisiva e eficaz. Em todos os partidos temos encontrado mulheres e homens de grande visão e sensibilidade, e outros em que o *"realismo político"* se confunde com o imediatismo dos objectivos, a falta de visão e o desinteresse perante o sofrimento alheio.

Desde as II Jornadas de Timor realizadas de 28 de Abril a 1 de Maio de 1990, a Universidade do Porto tem-se batido pela criação de uma Fundação Timor ou de um Instituto Luso-Timorense, correspondendo a propostas apresentadas nessas Jornadas e que constam das suas Conclusões. Fizeram-se projectos de estatutos, pensou-se em eventuais presidentes, membros fundadores, etc. Mas, apesar do apoio que, desde a primeira hora, o Dr. Mário Soares deu à iniciativa, nunca foi possível pôr de pé uma tal Fundação Timor Leste.

Mais recentemente, em Dezembro de 1995, o Primeiro Ministro António Guterres também mostrou simpatia pela ideia, mas outro membro do Governo opôs-se, terminantemente, à sua concretização.

A Universidade do Porto, em conjunto com a Universidade de Coimbra, através do seu reitor, empenharam-se também numa tentativa de criação de uma Fundação ou outra organização Internacional de apoio à Causa de Timor Leste.

De nada serviram, a não ser para gastar tempo e dinheiro, as reuniões e almoços, em Coimbra e Lisboa, com o então Presidente da Assembleia da República e alguns deputados.

Numerosas foram também as diligências para que o Orçamento Geral do Estado contemplasse verbas apropriadas para o necessário apoio ao Povo, à Igreja e à Resistência Timorense, e à solidariedade internacional. A uma dessas iniciativas associaram-se os Reitores da Universidade de Coimbra e da Universidade Católica Portuguesa. O resultado foi quase nulo. Só uma vez, sentindo-se massados pela insistência, deputados da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste, conseguiram um adicional de dez mil contos de reforço para o MNE destinados à Causa de Timor Leste.

A Comissão Organizadora e o Reitor da Universidade do Porto consideram que a Causa de Timor Leste só tem a lucrar com a congregação de esforços das várias universidades portuguesa. E, por isso, ao longo dos anos, tem solicitado e proposto colaborações diversas que se têm revelado muito frutuosas, com vantagens para Timor Leste e para a dignificação da Universidade e da Sociedade portuguesa.

Consideramos que esse espírito de abertura e cooperação é essencial para ajudar a resolver um dos mais dramáticos problemas nacionais, já que de facto Timor Leste, além de ser um problema internacional é, em larga medida, um problema nacional, herdado de um passado histórico que é o nosso.

Foi nesse espírito que a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da UP solicitou aos reitores de outras universidades que participassem ou se fizessem representar na Conferência de Sydney, em Junho passado, e na qual dois reitores, da Universidade de Coimbra e da Universidade do Minho, e o Presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa (além do Reitor da Universidade do Porto) se fizeram representar.

A prisão, em Jakarta, em Setembro, de dois dos democratas indonésios que participaram nessa conferência, quando talvez tivesse sido possível evitá-la, foi a gota de água que fez transbordar um copo cheio de situações dramáticas não atendidas e de projectos inviabilizados em consequência do que consideramos ser a sistemática recusa da assumpção plena, pela Potência Administrante, das suas responsabilidades, e que nos faz sentir que, sem se criarem condições para uma actuação mais dinâmica e eficaz, a Universidade do Porto não pode nem deve continuar a organizar conferências internacionais em que timorenses e indonésios corram os riscos que têm corrido por se oporem à política praticada pela potência ocupante, sem haver o mínimo de condições para lhes dar a menor protecção.

Nestas circunstâncias vimos solicitar ao Conselho de Reitores, como já o fizemos em relação à Fundação das Universidades, que tome a seu cargo a organização de conferências internacionais e outras iniciativas em defesa do direito à autodeterminação e dos direitos humanos dos timorenses. Naturalmente que o CRUP poderá contar com o apoio da Universidade do Porto e da sua Comissão Organizadora das Jornadas de Timor. Mas admitimos que a eficácia de algumas acções possa ser maior sem o envolvimento desta, já que a tensão resultante dos obstáculos constantemente levantados à disponibilização de verbas, mesmo quando não há a menor divergência de estratégia política, provocou um desgaste, não só psicológico mas também de imagem, que pode afectar iniciativas futuras.

Será necessário, ao mesmo tempo, continuar a fazer diligência para que se criem outras estruturas, flexíveis, e com suporte financeiro adequado, que permitam uma actuação mais dinâmica conducente à criação de condições para uma genuína autodeterminação de Timor Leste, como o exige a Constituição.

Estão em causa os direitos e o sofrimento dos timorenses, dos seus presos e torturados, daqueles que vivem no terror de isso poder acontecer a eles próprios ou aos seus familiares e amigos.

Está em causa o apoio de que carecem os orfãos, as viúvas, os presos e desempregados de Timor Leste, todos aqueles que fazem o que era obrigação estrita da comunidade internacional fazer, ao resistirem a uma ocupação ilegítima e ilegal, por um poder brutal e sanguinário, usando as formas que o direito internacional prevê e legitima.

Está em causa o apoio à Resistência Timorense, na sua componente cívica, política e diplomática.

Está em causa o apoio à formação de quadros e a preparação para a vivência democrática num futuro Timor Leste livre e independente, como compete à potência administrante, no âmbito das suas obrigações descolonizadoras.

Está em causa o apoio e estímulo à solidariedade internacional, seja dos Parlamentares por Timor Leste ou dos democratas indonésios que defendem a autodeterminação de Timor Leste, ou de organizações de defesa dos direitos humanos e de solidariedade.

Está em causa o apoio à criação e arranque de uma organização internacional para angariação de fundos e promoção de iniciativas internacionais de solidariedade com Timor Leste, a criar nas Filipinas, que se prevê que se chame *"East Timor International Suport Center"*, cujas necessidades imediatas se cifram em cerca de 61,500 US$ (perto de dez mil contos).

Está em causa a criação, em Portugal, de uma Fundação Timor Leste ou outra instituição similar, com meios financeiros e sem as peias burocráticas e os melindres diplomáticos das estruturas do Estado.

Em causa está a realização da Conferência da Asia Pacific Coalition for East Timor (APCET) em Kuala Lumpur, Malásia, de 8 a 12 de Novembro próximo, e para a qual os representantes das quatro universidades portuguesas presentes na Conferência de Sydney se comprometeram a arranjar 30,000 US$ (perto de cinco mil contos).

Em causa está a realização de um conjunto de Conferências em Universidade dos Estados Unidos e no Canadá nos inícios de 1997, para as quais foram feitos já numerosos contactos, e que implicará custos da ordem dos 20.000 contos dos quais cerca de metade deverá ter que ser assumido pelo lado português.

Em causa está a hipótese de se organizarem outras conferências na África do Sul, no Egipto, na Índia, na Coreia e noutros países.

Em causa está o apoio à Universidade de Dili e à preparação de professores timorenses de português.

Está em causa a preparação de um plano de Reconstrução Nacional de Timor Leste e a criação de quadros e de condições institucionais, e materiais para o viabilizar logo que as condições políticas o permititam.

Em causa está o apoio a grupos culturais timorenses e a montagem de espectáculos que possam ser apresentados não só em Portugal mas também, e sobretudo, no estrangeiro.

Em causa está a dinamização da LAMETA (Luso American Movement for East Timor Autodetermination) e de outros grupos que internacionalmente têm tentado fazer acções de solidariedade e que, se apoiados, poderiam fazer muito mais.

Em causa está a vontade política de levar até ao fim uma descolonização brutalmente interrompida, e o dever de mostrar que ao menos uma vez, Portugal será capaz de fazer algo de efectivo para descolonizar um território sob sua administração.

Em causa está o sentido de uma história marcada pelos Descobrimentos, e cujo significado, para a Humanidade, depende da forma como for encerrado, com Timor Leste, o ciclo da Expansão e de uma forma específica de relação com outros povos.

É essa História que as universidades portuguesas têm já ajudado e podem ajudar a escrever, a bem do Povo de Timor Leste, a bem da dignidade de Portugal, a bem da Justiça, da Paz, da Democracia e da Liberdade.

É nesse sentido que, reafirmando a determinação da Universidade do Porto e da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor de prosseguir na luta pela defesa do direito à autodeterminação dos timorenses e dos seus direitos humanos, numa hora em que se vêm já sinais claros de esperança, num prazo que parece poder ser não muito longo, solicitamos um empenhamento colectivo das Universidades Portuguesas, com o apoio, naturalmente, da própria Comissão Organizadora.

Antecipadamente gratos pelo acolhimento que esperamos que esta proposta virá a ter, nos subscrevemos, com os melhores cumprimentos.

A Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da UP

Prof. Alberto Amaral
Reitor da UP

Prof. Nuno Grande
Pró-Reitor da UP

Prof.A. Barbedo de Magalhães
Coordenador das Jornadas de Timor da UP